Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 14/04/22
Protocolo

MOÇÃO Nº 27 , DE 2022.
(Proponente: Vereador Edson Souza/MDB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seu representante legal, subscritor da presente proposição legislativa, nos termos que regem o art. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca, MOÇÃO DE APELO aos Excelentíssimos Senhores Senadores do Estado do Paraná, Álvaro Dias (PODEMOS), Oriovisto Guimarães (PODEMOS) e Flavio Arns (PODEMOS), para que assinem o Requerimento que busca instalar a CPI do MEC (Comissão Parlamentar de Inquérito), visando investigar possíveis superfaturamento na compra de ônibus escolares no Ministério da Educação (MEC).

Dê-se ciência dessa Moção aos Senadores do Paraná, Senhor Flavio Arns, Álvaro Dias e Oriovisto Guimarães.

É a Moção. Sala das Sessões.
Cascavel, 14 de abril de 2022.

Edson Souza
Vereador/MDB

Justificação.

Recentemente, o Ministério da Educação entrou em pauta nos noticiários nacionais pelas suspeitas de favorecimento de pastores, que são aliados do Presidente Jair Bolsonaro, no recebimento de verbas federais e pelo superfaturamento na compra de ônibus escolares por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Primeiramente, o jornal Folha de São Paulo revelou um áudio com a fala do ex-ministro da educação, Milton Ribeiro, onde o até então titular da pasta disse que o Governo Federal priorizava o repasse de verbas para prefeituras que foram intermediadas por pastores próximos ao governo: Arilton Moura e Gilmar Santos. No áudio, o ex-ministro diz: "Foi um pedido especial que o Presidente da República fez para mim sobre a questão do [pastor] Gilmar", em conversa com prefeitos.

Após as revelações, o ministro Milton Ribeiro sofreu pressões de diversos setores da sociedade e deixou o cargo no dia 28 de março de 2022.

No mês de abril, uma nova polêmica envolvendo o Ministério da Educação veio à tona. Por meio de um pregão, o Governo Federal previa a compra de alguns ônibus escolares para a educação pública

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

brasileira. No entanto, conforme denunciado pelo jornal O Estado de São Paulo (Estadão), o valor dos ônibus estaria superfaturado: com valor de R$ 270 mil avaliado pelo próprio comprador, o FNDE, seriam desembolsados em cada veículo um valor de R$ 480 mil. Atualmente, o pregão está embargado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e será investigado pelo tribunal.

Expostos os motivos, entendo como imprescindível a existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação de atos de corrupção dentro do Ministério da Educação, um dos mais importantes do nosso país. Sendo assim, contamos com a sensibilização dos senadores do Estado do Paraná para que assinem o requerimento, a fim de garantir o número mínimo de assinaturas, que é de 27.

Edson

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA